

O confisco de poupanças bancárias para “salvar os bancos”: A proposta de “salvamento” diabólica

By [Prof Michel Chossudovsky](#)

Global Research, April 07, 2013

*Será a fiança [Bail-In] * do Banco de Chipre um ensaio geral do que estará para vir?*

Será a conceptualização que fazem do “Grande Roubo das Poupanças” na União Européia e na América do Norte capaz de resultar numa direta e franca confiscação de depósitos bancários?

Em Chipre o sistema geral de pagamentos já foi perturbado levando a ruína da economia real.

As aposentadorias e os salários não estão mais sendo pagos. O poder de compras está em colapso.

A população está empobrecida.

Pequenas e médias empresas estão sendo lançadas à falência.

Chipre é um país com uma população de um milhão de habitantes.

O que aconteceria se proceduras semelhantes fossem aplicadas aos Estados Unidos e a União Européia?

De acordo com o [Institute of International Finance](#) (IIF) que é baseado em Washington e que representa o consenso do estabelecimento financeiro global, “a abordagem de Chipre em atacando os depositantes credores quando bancos fracassam, irá provavelmente tornar-se num modelo para outros países da Europa”. ([Economic Times](#), 27 de março de 2013).

Deveria entender-se que antes mesmo das investidas em Chipre, a confiscação de depósitos bancários estava sendo considerada em vários países. Além disso, a crise bancária de Chipre foi engatilhada pelos poderosos atores financeiros, os quais também foram os arquitetos das devastadoras medidas de austeridade que foram impostas na União Européia e na América do Norte.



É Chipre um “modelo” ou um cenário?

Há aqui “lições a serem aprendidas” pelos poderosos atores financeiros, lições essas a serem aplicadas numa ocasião futura no panorama bancário da zona euro?

De acordo com o Instituto Internacional de Finanças (IIF) “os ataques aos depósitos bancários” poderia tornar-se na “nova normalidade” desse diabólico projeto que serve os interesses econômicos dos conglomerados financeiros globais.

Essa nova normalidade é endossada pela FMI, Fundo Monetário Internacional, e pelo Banco Central Europeu. De acordo com o IIF, o qual é o porta-voz das elites bancárias, “Investidores deveriam ser bem aconselhados a verem os resultados de Chipre ... como um reflexo de como futuras situações de tensão serão tratadas”. (citado em [Economic Times](#), 27 de março de 2013)

“Limpeza financeira”. Fianças nos Estados Unidos e Grã-Bretanha



O que está em jogo é um processo de “limpeza financeira” através da qual alguns bancos da Europa e da América do Norte (“bancos muito grandes para falirem”) ou seja, Citi, JP Morgan Chase, Goldman Sachs, e outros) deslocam e destroem instituições financeiras menores com o objetivo de apossar-se de todo o “campo financeiro” no final do processo.

A tendência implícita nas bases dos níveis nacionais e globais vai na direção da centralização e da concentração do poder bancário o que leva, ao mesmo tempo, a uma dramática depressão da economia real.

A idéia de fianças bancárias tem sido conjecturada como uma possibilidade em numerosos países. Na Nova Zelândia um “plano de encurtamento de rédeas” foi representado tão cedo como em 1997, o que coincidiu com a crise financeira da Ásia.

Há cláusulas e condições tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos para uma confiscação de depósitos bancários. Num documento conjunto intitulado “Resolvendo

Activos Globais: Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes” [1] da Sociedade Federal de Depósitos e Seguros (FDIC) e do Banco da Inglaterra, procedimentos explícitos foram apresentadas através das quais “os credores originais da companhia em falta” (significando os depósitos dos clientes de um banco a falir) seriam convertidos em “equidade” (equity). (See Ellen Brown, [It Can Happen Here: The Bank Confiscation Scheme for US and UK Depositors](#), Global Research, March 2013) [2]

O que isso significa é que o dinheiro confiscado das contas bancárias seria usado para cumprir as obrigações financeiras do banco. Em retorno os titulares dos depósitos bancários confiscados iriam tornar-se em titulares de ações e valores nessa instituição financeira, o banco, a beira da falência.

Poupanças em contas bancárias seriam transformadas da noite para o dia num conceito ilusório de propriedade de capital. A confiscação das poupanças seria adoptada abaixo do disfarce de uma falsa “compensação” em termos de uma equidade (equity).

O que se tem em mente é a aplicação de um processo seletivo de confiscação de depósitos bancários com vistas tanto em arrecadar dinheiro para as dívidas, como também para engatilhar a destuição de instituições financeiras mais fracas. Nos Estados Unidos, essa procedura iria proceder por um caminho lateral desviando-se das cláusulas da Sociedade Federal de Depósitos e Seguros (FDIC), que asseguram o dinheiro dos depositantes contra malogros bancários:

Nenhuma excepção é indicada para qualquer “depósito assegurado” nos Estados Unidos, significando aqueles abaixo de \$ 250.000, os depósitos que pensávamos estivessem protegidos pelo seguro da FDIC. Isso não é resultado de uma inadvertência ou esquecimento, uma vez que é o próprio FDIC que estabelece as diretivas. O FDIC é uma companhia de seguros financiada por prêmios pagos pelos bancos particulares. A diretiva é denominada como um “processo de resoluções”, definido em outra parte como um plano que “deveria ser engatilhado no evento de falha ou malogro de um segurado” A única menção a “depósitos assegurados” é feita em conexão com uma existente legislação do Reino Unido, sobre as quais as diretivas do FDIC-BOE dizem que esses seriam seguros inadequados, implicando que os mesmos precisavam de ser modificados, ou supervisionados. (Ibid)

Uma vez que os depositantes foram providos com uma falsa compensação [ou seja, pela tal “equidade” numa entidade a falir] eles não seriam elegíveis para receber nenhum seguro sobre depósitos bancários através do FDIC.

Proposta de confiscação de depósitos no Canadá



A mais franca declaração de confiscação de depósitos bancários como um meio de “salvar os bancos” foi formulada num documento recentemente apresentado pelo governo do Canadá intitulado “Trabalho, Crescimento e Prosperidade a Longo Prazo: Plano de Ação

Econômica 2013". [3]

Esse plano foi submetido a Câmara dos Comuns do Canadá pelo Ministro das Finanças Jim Flaherty, em 21 de março como parte da chamada proposta "pre-orçamentária".

Uma pequena secção do 400-relatório intitulado "Perspectiva para Gerenciamento de Riscos de Bancos Nacionais Sistemicamente Importantes" [4] identificava procedimentos de fianças para os bancos do Canadá. A palavra confiscação não foi mencionada. Jargões financeiros serviram para obscurecer o intento real que essencialmente consistia em roubar as poupanças das pessoas.

Abaixo do projeto de "Gerenciamento de Riscos" do Canadá:

O governo propõe a implementação do regime de fiança a bancos sistemicamente importantes [bancos ou instituições financeiras os quais em caso de falência poderiam levar a uma crise financeira]

O regime deverá ser projetado de maneira que assegure, no evento pouco provável de que um banco sistemicamente importante esgote seu capital, que esse banco **possa ser recapitalizado e retornado a capacidade de crescimento através de uma rápida conversão de certas desvantagens a um capital regulatório.**"

Isso irá reduzir riscos para os pagadores de impostos. O governo irá consultar os titulares em como melhor poder implementar um regime de fianças no Canadá.

O que isso significa é que se um ou mais bancos (ou uniões de crédito) forem obrigados a "sistemicamente esgotar seu capital" para fazer frente as exigências dos seus credores, os bancos poderiam ser recapitalizados através **"da conversão de certas desvantagens bancárias em capital regulatório."**

Essas "certas desvantagens bancárias" relatam-se (no jargão técnico) ao dinheiro que os bancos devem aos clientes, ou seja, o dinheiro dos depósitos dos clientes. O que está sendo estipulado é que as contas bancárias dos clientes sejam confiscadas em troca de ações, participações ou quotas, num banco "a caminho da falência".

Que "isso pudesse reduzir riscos para os pagadores de impostos" é uma afirmação sem sentido lógico. O que isso realmente significa é que o governo não irá prover fundos para compensar os depositantes vítimas de uma instituição bancária a caminho da falência, assim como não irão salvar a instituição a caminho da falência.

Os depositantes serão obrigados a abrir mão de suas poupanças. O dinheiro confiscado será usado pelo banco para enfrentar suas obrigações contratadas com importantes instituições financeiras credoras. Em outras palavras, todo esse arranjo é uma "rede de segurança" para os bancos muito grandes para ir a falência. É um mecanismo que permite esses "muito grandes para falirem" a agirem por seu turno como credores e obscurecer instituições bancárias menores, incluindo uniões de crédito, o que precipita o colapso e a tomada direta de posse de instituições menores.

Panorama Financeiro do Canadá

Gerenciamento de Riscos através de fianças, o qual encontra-se em estado inicial, é de uma

importância crucial para canadenses através de todo o país: uma vez adotada na Câmara dos Comuns como parte de um pacote orçamentário, as procedimentos de fianças através da confiscação dos depósitos nas contas bancárias poderão começar.

O governo conservativo tem uma maioria no parlamento. Há uma boa probabilidade de que o Plano de Ação Econômica 2013 [5], o qual inclui a procedura das fianças, seja adoptado.

O relatório de Gerenciamento de Riscos do Canadá dá a entender que bancos “estariam em perigo”, especialmente aqueles que tivessem acumulado grandes dívidas (como resultado de perdas por causa de transações de derivativos), mas que uma generalizada aplicação de “Fiança” não era contemplada.

O cenário mais provável dentro de um futuro próximo seria de que os “cinco maiores” bancos, ou seja, Royal Bank of Canadá, TD Canadá Trust, Scotiabank, Bank of Montreal and CIBC, todos tendo filiais operando no campo financeiro dos Estados Unidos, iriam consolidar suas posições a custo de menores bancos e instituições financeiras atuando em um nível local ou regional.

O documento governamental afirmava que a fiança poderia ser usada seletivamente “no pouco provável evento de que algum (banco) se tornasse fraco demais.” O que isso sugere é que pelo menos um dos “menores bancos” do Canadá poderia vir a ser o sujeito de uma fiança. Uma tal procedura iria inevitavelmente levar a uma concentração maior de banco-capital no Canadá, em benefício de maiores conglomerados financeiros.

Deslocamentos de uniões de crédito e bancos cooperativos ao nível regional

Há uma importante rede de mais de 300 uniões de crédito e bancos cooperativos ao nível local e regional incluindo a poderosa rede Desjardins no Quebec, o Vancouver City Savings Credit Union (Vancity) e o Coastal Capital Savings na British Columbia, Servus em Alberta, Meridian em Ontario, as caisses populaires -caixas populares em Ontario (afiliada ao Desjardins), entre muitos outros, que poderiam ser alvos para operações de “fianças” seletivas.

Nesse contexto, o mais provável é um significativo enfraquecimento das instituições financeiras cooperativas do nível local e regional que tenham uma relação mútua com os seus membros quanto a autoridade de gerenciamento (o que inclui conselhos representativos), os quais atualmente oferecem uma alternativa aos Big Five - os cinco maiores bancos do Canadá. De acordo com dados recentes, existem mais de 300 uniões de crédito e caixas populares no Canada os quais são membros da Central União de Crédito do Canadá - “Credit Union Central of Canada”.

Nova normalidade: padrões internacionais dirigindo a confiscação de depósitos bancários



O Plano de Ação Econômica 2013 do Canadá reconhece que a proposta de fianças “seria consistente com reformas em outros países e padrões internacionais chave”. O proposto padrão de confiscação de depósitos bancários, como descrito no documento do governo canadense, é consistente com o modelo contemplado nos Estados Unidos e na União Européia. Esse modelo está correntemente a ser debatido, atrás de portas fechadas, em vários locais internacionais regroupando gerenciamentos de bancos centrais e ministros de finanças.

A agência regulatória envolvida nessas consultas multilaterais é a Financial Stability Board (FSB)- (Conselho de Administração de Estabilidade Financeira)- baseado em Bazel, Suíça, acomodada pelo Bank for International Settlements (BIS)- (Banco para Convênios Internacionais). O FSB é oportunamente presidenciado pelo gerente do Banco do Canadá, Mark Carney, que foi recentemente nomeado pelo governo britânico para dirigir o Banco da Inglaterra, a começar em junho de 2013.



Mark Carney como Gerente do Banco do Canadá foi instrumental quanto a dar forma as cláusulas e condições para fianças dos bancos canadenses. Antes da sua carreira em bancos centrais ele foi um executivo superior da Goldman Sachs, e fez um papel de bastidores na implementação dos resgates [bailouts] dos bancos, e das medidas de austeridade da União Européia.

O mandato da FSB seria o de coordenar as proceduras de fianças, em contato com as “autoridade financeiras nacionais” e o “corpo internacional de definições de padrões” o que inclui o FMI e BIS [Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Convênios]. Já não deveria vir como uma surpresa: a procedura de confiscação de depósitos bancários no Reino Unido e no Canadá, examinados acima, são extraordinariamente similares.

Fianças vs Resgates de bancos - Bank “Bail-Ins vs Bank “Bail-outs”

Os resgates-bailouts são “pacotes de socorro” através dos quais o governo coloca uma porção significativa das rendas do estado a favor de instituições financeiras a caminho da falência. O dinheiro é canalizado dos cofres do estado para os conglomerados bancários.

Nos Estados Unidos em 2008-2009, um total de \$1.45 trilhões foram canalizados para as instituições financeiras da Wall Street como parte dos pacotes de socorro de Bush e de Obama.

Esses resgates [bailouts] foram considerados como, de facto, uma categoria de despesas governamentais. Isso requereu a implementação de medidas de austeridade. Conjuntamente com uma massiva entrada nos gastos militares, os resgates foram financiados através de cortes drásticos nos programas sociais incluindo os cortes na área da saúde, Medicare e Medicaid [Cuidado e Ajuda Médica], assim como na área da Segurança Social.

Em contraste a esses resgates [Bail-outs] que foram financiados pelo bolso público, a fiança [Bail-in] requereu a confiscação dos depósitos bancários. As fianças então são implementadas sem o uso de fundos públicos. O mecanismo regulatório é estabelecido pelo Banco Central.

No princípio do primeiro termo de Obama em janeiro de 2009 um resgate bancário no valor de \$ 750 bilhões foi anunciado por Obama o qual foi adir-se ao resgate de 700 bilhões de dolares destinados pela administração Bush, em curso de saída, abaixo do Troubled Assets Relief Program (TARP) –(Programa de Ajuda para Activos em Perigo).

O total para os dois programas foi uma soma vertiginosa de 1.45 trilhões de dólares financiados pelo Tesouro dos Estados Unidos. Deveria entender-se então que a quantia da “ajuda” financeira, de dinheiro em espécie aos bancos foi muito maior do que \$ 1.45 trilhões. Além disso a quantia dirigido para a defesa, para dar fundos a economia de guerra de Obama, foi de outros vertiginosos \$ 739 bilhões (FY 2010). Conjuntamente então os resgates dos bancos e a defesa (\$2189) engolem quase que a totalidade dos rendimentos federais, que de acordo com o FY 2010 era de \$2381 bilhões.

Comentários em concluindo

O que está ocorrendo é que o resgate aos bancos já não é mais funcional. Já no começo do segundo termo de Obama os cofres do estado apresentavam-se vazios. As medidas de austeridade chegaram a um ponto de impasse.

Agora contempla-se “a fiança”, em vez do “resgate aos bancos”.

Os grupos de rendas baixas e médias, que invariavelmente apresentam-se endividadas, não serão o alvo principal, dessa vez. A usurpação dos depósitos bancários irá essencialmente mirar a classe média alta, e os grupos de altas rendas que tenham depósitos bancários significantes. Os depósitos bancários de pequenas e médias empresas virão a ser um segundo alvo a ser contemplado.

Essa transição faz parte da evolução da crise global, e do impasse nas bases das medidas de austeridade.



O objetivo dos atores financeiros globais é o de liquidar competidores, de consolidar e centralizar poder bancário, e de exercer um controle mais abrangente sobre a economia real, as instituições governamentais e os militares.

Mesmo se as fianças viessem a ser reguladas e aplicadas seletivamente a um limitado número de instituições financeiras, uniões de crédito e outras a falir, a comunicação oficial de um programa de confiscação de depósitos poderia potencialmente levar a uma “corrida aos bancos”. Nesse contexto nenhuma instituição bancária iria ser vista como segura.

A aplicação de procedimentos de fiança envolvendo uma confiscação de depósitos (mesmo quando aplicadas local e seletivamente) iriam criar estragos e saqueamentos. Isso iria interromper os processos de pagamentos. Salários não seriam mais pagos. O poder de compra iria entrar em colapso. Não haveria dinheiro para investimentos em plantas e equipamentos. Pequenas e médias empresas seriam precipitadas a falência.

A aplicação de um sistema de fianças na União Européia ou na América do Norte iria iniciar uma nova fase da crise financeira global, um aprofundamento da depressão, uma maior centralização bancária e financeira e um aumento da concentração do poder das corporações na economia real em detrimento dos empreendimentos nos níveis locais e regionais.

Uma inteira rede bancária global, caracterizada por transações eletrônicas (que governa depósitos, retiradas, etc), -para nem se mencionar transações de dinheiro em mercados de ações e comodidades- poderia potencialmente vir a ser o objeto de significantes interrupções de natureza sistêmica.

As consequências sociais seriam devastadoras. A economia real iria entrar em alta tempo em uma queda direta vinda como resultado do colapso do sistema de pagamentos.

Uma potencial interrupção no funcionamento do sistema monetário globalmente integrado poderia resultar num recomeçar de uma dissolução da economia global, assim como numa paralisia do comércio internacional.

É importante e necessário que as pessoas através do país, na União Européia e na América do Norte, nacional e internacionalmente, ajam decididamente contra os estratagemas diabólicos de seus governos -agindo em nome de interesses financeiros dominantes- para implementar um processo selectivo de confiscação de depósitos bancários.

Michel Chossudovsky

Global Research, 2 de abril de 2013

Tradução Anna Malm

Referências e Notas:

*[**Bail-In** no original, significando confiscação de depósitos bancários foi traduzido como fiança. **Bail-outs**, significando socorro aos bancos através de dinheiro vindo de impostos foi traduzido como resgate.]

[1] [Resolving Globally Active, Systemically Important, Financial Institutions](#)

[2] (See Ellen Brown, [It Can Happen Here: The Bank Confiscation Scheme for US and UK Depositors](#), Global Research, March 2013)

[3] [“Jobs, Growth and Long Term Prosperity: Economic Action Plan 2013”](#).

[4] “Risk Management Framework for Domestic Systemically Important Banks”

[5] Economic Action Plan 2013

The original source of this article is Global Research

Copyright © [Prof Michel Chossudovsky](#), Global Research, 2013

[Comment on Global Research Articles on our Facebook page](#)

[Become a Member of Global Research](#)

Articles by: [Prof Michel Chossudovsky](#)

About the author:

Michel Chossudovsky is an award-winning author, Professor of Economics (emeritus) at the University of Ottawa, Founder and Director of the Centre for Research on Globalization (CRG), Montreal, Editor of Global Research. He has undertaken field research in Latin America, Asia, the Middle East, sub-Saharan Africa and the Pacific and has written extensively on the economies of developing countries with a focus on poverty and social inequality. He has also undertaken research in Health Economics (UN Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), UNFPA, CIDA, WHO, Government of Venezuela, John Hopkins International Journal of Health

Services (1979, 1983) He is the author of 13 books including *The Globalization of Poverty and The New World Order* (2003), *America's "War on Terrorism"* (2005), *The Globalization of War, America's Long War against Humanity* (2015). He is a contributor to the *Encyclopaedia Britannica*. His writings have been published in more than twenty languages. In 2014, he was awarded the Gold Medal for Merit of the Republic of Serbia for his writings on NATO's war of aggression against Yugoslavia. He can be reached at crgeditor@yahoo.com

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca

www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca